

Bem-Estar Infantil / Childhood Well-Being

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.7>

Lucía del Moral-Espín
University of Cádiz, Spain

Bem-Estar Infantil

Nas últimas décadas, muitos trabalhos sociológicos sobre o bem-estar mudaram o seu foco de uma abordagem económica e material das condições de vida, para outra que também se preocupa com as dimensões psicossociais e imateriais do que constitui uma vida boa. Paralelamente, o surgimento da Sociologia da Infância e do movimento pelos direitos da criança na década de 1990 introduziram uma nova abordagem e atitude ética que considera as crianças como sujeitos de direitos, com as suas próprias preocupações, necessidades e opiniões, e não apenas como meros beneficiários de medidas de proteção. Em termos estruturais, embora todas as unidades geracionais estejam expostas aos mesmos parâmetros culturais, tecnológicos ou económicos, elas vivenciam e lidam com os seus impactos de maneiras diferentes. Seguindo esses princípios, os estudos sobre bem-estar têm vindo a incorporar, lenta, mas continuamente, um enfoque centrado na criança. Esta perspetiva acarreta o importante desafio científico de reconhecer as crianças como atores sociais com agência e autonomia (sempre de acordo com a sua idade e maturidade) e, portanto, capazes de expressarem diferentes pontos de vista e prioridades. A este respeito, uma vez que tem crescido um consenso acerca da impossibilidade de determinar o bem-estar objetivo das crianças sem lhes perguntar diretamente, os estudos sobre o bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes também aumentaram. O bem-estar subjetivo está alicerçado nas perceções e avaliações de cada pessoa sobre as suas experiências de vida, incluindo medidas positivas, não apenas a ausência de negativas, e considera, ainda, a evolução geral e a satisfação com a vida.

Avaliar o bem-estar das crianças implica considerar questões concetuais e metodológicas. Em relação às questões concetuais, houve avanços em quatro eixos: 1) a transição da definição de padrões mínimos de sobrevivência das crianças para um conceito mais amplo de qualidade de vida que valoriza a participação e não apenas a proteção; 2) a mudança na ênfase de limites determinados pela ausência de aspetos negativos (principalmente materiais) em vez de aspetos positivos do bem-estar das crianças; 3) considerar os filhos não como “devires”, mas como verdadeiros “seres”, dando assim importância à sua vida e bem-estar presentes e não apenas ao que os pode afetar como membros das gerações futuras. A consideração de todos

estes aspetos leva ao 4): a incorporação de novos domínios e subdomínios na análise e definição de bem-estar. Isso significa levar em consideração a diversidade ecológica das situações das crianças e abraçar um conceito eudaimónico de bem-estar associado à realização, autodeterminação e significado, e não apenas à felicidade e satisfação caracterizadas pela tradição hedônica. Tal concetualização requer o apoio de uma perspetiva verdadeiramente multidimensional e inter e transdisciplinar, abrangendo campos como Sociologia, Psicologia, Ciência Política, Antropologia e Economia.

Apesar de todos estes desenvolvimentos, ainda falta consenso sobre os principais fatores que melhor refletem o bem-estar das crianças. Esta é uma questão crucial que necessita ser respondida exigindo a construção de um arcabouço teórico estável e sólido. Nesse sentido, a utilização da Abordagem de Capacidades, originalmente definida nos trabalhos de Amartya Sen, para a concetualização e avaliação do bem-estar das crianças é muito promissora (ver mais, Biggeri et al., 2011). É uma perspetiva particularmente útil para abordar o bem-estar das crianças, entendida como a expansão permanente das suas capacidades, autonomia e autodeterminação no presente. Além disso, é cada vez maior o número de trabalhos que afirmam a necessidade de (re)definir um conceito de bem-estar alternativo ao modelo ocidental vigente e de abordar este desafio não apenas a nível técnico, mas também relacionado com questões de normatividade e de contingência cultural (Fattore et al., 2019).

No que diz respeito às questões metodológicas, um dos grandes desafios tem sido definir métodos que forneçam dados adequados e de boa qualidade. Esses métodos devem levar em consideração: a) as condições de vida das crianças e medidas objetivas do seu bem-estar; b) as suas perceções, avaliações e aspirações em relação às suas vidas; c) as perceções, avaliações e aspirações de outros atores sociais que são relevantes para as suas vidas (Ben-Arieh et al., 2014). Nessa linha, em vez de ver os métodos quantitativos e qualitativos como antitéticos, é mais útil entendê-los como duas extremidades de um espectro. A recolha e análise de dados específicos sobre o bem-estar das crianças é uma medida necessária para desenvolver políticas amigas dos direitos da criança e ajudar a tornar os direitos definidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança efetivos. Infelizmente, a pesquisa sobre este assunto tem sido amplamente determinada pela disponibilidade de dados e menos pela necessidade de criar indicadores que sejam consistentes com os conceitos que necessitam ser medidos. Esta é uma enorme desvantagem quando se trata de obter resultados confiáveis e comparáveis. Portanto, parece necessário continuar a trabalhar na

concretização e avaliação do bem-estar infantil dentro de uma perspectiva sensível ao contexto e internacional, no sentido de abordar, realmente, a natureza multifacetada do bem-estar infantil.

Childhood Well-Being

Over the last decades, many sociological works on well-being have shifted their focus from an economic and material-based approach to living conditions, to one that is also concerned with the psychosocial and non-material dimensions of what constitutes a good life. In parallel, the emergence of the Sociology of Childhood and the movement for children's rights in the 1990s have introduced a new approach and ethical attitude that considers children as subjects of rights, with their own concerns, needs and opinions, and not just as mere beneficiaries of protective measures. In structural terms, although all generational units are exposed to the same cultural, technological, or economic parameters, they experience or deal with their impacts in different ways. Following these principles, studies on well-being have been slowly but steadily incorporating a child-centred focus. This perspective entails the important scientific challenge of recognizing children as social actors with agency and autonomy (always in accordance with their age and maturity) and, therefore, able to express different points of view and priorities. In this respect, with the growing consensus about the impossibility of determining children's objective well-being without asking them directly, studies on children's and adolescents' subjective well-being have also increased. Subjective well-being is grounded in each person's perceptions and evaluations of his/her life experiences, it includes positive measures, not only the absence of negative ones, and it considers the overall evolution of and satisfaction with one's life.

Assessing children's well-being implies considering both conceptual and methodological questions. Regarding conceptual issues, progress has been made with regards to four axes: 1) a transition from defining minimum survival standards for children to a wider concept of quality of life that values participation rather than merely protection; 2) shifting the emphasis from thresholds determined by the absence of negative (mainly material) aspects, to positive aspects of children's well-being; 3) considering children not as "becomings" but as actual "beings," and thus attaching importance to their present lives and well-being and not only to what may affect them as members of future generations. The consideration of all these aspects leads to 4): the incorporation of new domains and subdomains into the

analysis and definition of well-being. This means taking into consideration the ecological diversity of children's situations and embracing a eudaemonic concept of well-being associated with fulfilment, self-determination and meaning, not only with happiness and satisfaction as characterized by the hedonistic tradition. Such a conceptualization requires fostering a truly multidimensional and inter-and-transdisciplinary perspective, embracing fields like Sociology, Psychology, Political Science, Anthropology and Economics.

Despite all these developments, there is still a lack of consensus regarding the key factors that best reflect children's well-being. This is a crucial question that needs to be answered if a stable and solid theoretical framework is to be built. In this direction, the application of the Capability Approach, originally defined in Amartya Sen's works, to the conceptualization and evaluation of children's well-being is very promising (see more Biggeri et al., 2011). It is a particularly useful perspective in addressing children's well-being when understood as the permanent expansion of their capabilities, autonomy and self-determination in the present. In addition, there are an increasing number of studies that claim the need to (re)define a concept of well-being as an alternative to the prevailing Western model and to address this challenge not only as a technical matter but also as one of normativity and cultural contingency (Fattore et al., 2019).

Concerning methodological issues, one of the great challenges has been the definition of methods that provide suitable and good-quality data. These indicators should take into consideration: a) children's living conditions and objective measures of their well-being; b) their perceptions, evaluations and aspirations regarding their lives; c) the perceptions, evaluations and aspirations of other social actors who are relevant in their lives (Ben-Arieh et al., 2014). In this way, rather than seeing quantitative and qualitative measurement methods as antithetical, it is more useful to understand them as two ends of a spectrum. The collection and analysis of specific data on children's well-being are necessary measures to develop children's rights-friendly policies and to help make the rights defined by the Convention on the Rights of the Child effective. Unfortunately, research on this matter has been greatly determined by the availability of data, rather than by the need to create indicators that are consistent with the concepts that need to be measured. This is an enormous handicap when it comes to obtaining reliable and comparable results. It thus seems necessary to continue working towards the conceptualization and measurement of children's well-being

within a context-sensitive and international perspective in order to truly address the multifaceted nature of child well-being.

Referências / References

Ben-Arieh, A., Casas, F., Frønes, I. & Korbin, J. E. (2014). Multifaceted Concept of Child Well-Being. In A. Ben-Arieh, F. Casas, I. Frønes & J. E. Korbin (Eds.), *Handbook of Child Well-Being* (pp.1-27). New York: Springer.

Biggeri, M., Ballet, J. & Comim, F. (2011). *Children and the Capability Approach*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Fattore, T., Fegter, S. & Hunner-Kreisel, C. (2019). Children's Understandings of Well-Being in Global and Local Contexts: Theoretical and Methodological Considerations for a Multinational Qualitative Study. *Child Indicators Research*, 12 (2), 385-407.